

EDITORIAL

O processo de urbanização mundial está entre as principais tendências da sociedade atual. Segundo o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, em 2014, cinquenta e quatro por cento da população do planeta vivia em cidades, proporção que deve chegar a sessenta e seis por cento em 2050, quando a população urbana poderá superar os seis bilhões de pessoas.

Associada a outros processos socioeconômicos em curso, como a hegemonia de um modelo neoliberal de desenvolvimento capitalista, a financeirização do capital, a mercantilização das políticas públicas e a gentrificação dos espaços urbanos, essa tendência traz riscos sociais graves e repercussões que demandam análise e reflexão para serem enfrentados.

Em seu quadragésimo segundo número, *Sociologias* apresenta um debate sobre a sociedade urbana contemporânea na América Latina. O dossiê, *A Sociedade Urbana Contemporânea na América Latina*, organizado por Luciano Fedozzi, promove a análise desse processo e de seus impactos no continente latino-americano, examinando o problema à luz de distintos aspectos e a partir da experiência de diferentes metrópoles da América Latina. Esperamos, com este dossiê, fomentar o debate e abrir caminhos para induzir novas contribuições analíticas e novas abordagens para as políticas de desenvolvimento.

Na seção Artigos, este número apresenta contribuições de pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições,

aportando reflexões teóricas e trabalho empírico. Abrindo a seção, Leila Ferreira e Estevão Bosco revisitam a teoria da sociedade mundial de risco formulada por Ulrich Beck, destacando as inovações trazidas por essa teoria, para então apresentar algumas críticas e apontar uma contradição interna à mesma. Luiz Augusto Campos traz à reflexão as abordagens sociológicas multiculturalistas, especialmente nos trabalhos de Will Kymlicka, Iris Young e Bhikhu Parekh, discutindo a validade de críticas que se têm colocado a essas abordagens, por desconsiderarem a diversidade existente entre as diversas correntes multiculturalistas. Ana Rodrigues Alves, por sua vez, dirige o olhar para a questão da agência e da capacidade reflexiva dos atores na reprodução e na transformação do contexto social, focando principalmente os trabalhos de Pierre Bourdieu e de Bernard Lahire na perspectiva de produzir uma sociologia da prática capaz de superar as dicotomias entre objetivismo e subjetivismo, indivíduo e sociedade. Samira Bueno, Renato de Lima e Marco Antônio Teixeira, a partir de uma pesquisa empírica conduzida entre participantes dos conselhos comunitários de segurança, no município de São Paulo, buscam entender as dinâmicas de funcionamento

desses conselhos, analisando atitudes, valores e crenças que orientam a participação de policiais militares nos mesmos e a interação entre cidadãos e agentes públicos nesses espaços.

A seção Interfaces traz contribuições originárias da ciência política. Ana Laura Rodríguez Gustá e Nancy Madera examinam as estratégias coletivas mobilizadas por mulheres legisladoras, em 18 países de América Latina e Caribe, para conseguir introduzir temas relacionados a políticas de gênero em suas respectivas casas legislativas. As autoras evidenciam a articulação de uma extensa rede de apoios e contatos nacionais e internacionais, por parte dessas legisladoras, para lograrem introduzir a linguagem de direitos humanos das mulheres na agenda das casas legislativas. Em uma contribuição didática no campo da metodologia de pesquisa, Ranulfo Paranhos, Dalson Britto Figueiredo Filho, Enivaldo Carvalho da Rocha, José Alexandre da Silva Júnior e Diego Freitas discutem as vantagens e importância do uso de métodos mistos na pesquisa em ciências sociais e os cuidados a adotar na aplicação da triangulação de métodos, ilustrando as boas práticas através de dois exemplos de pesquisa em ciência política.

A seção Resenhas, por fim, traz o comentário de Rafael Alvear sobre o livro de Hauke Brunkhorst, *Critical Theory of Legal Revolutions. Evolutionary Perspectives*. London: Bloomsbury, 2014, ainda sem tradução para o português. A obra, cujo título, em tradução literal, seria Teoria Crítica e Revoluções Jurídicas, tenta harmonizar as possibilidades de observação oferecidas pela teoria dos sistemas e pela teoria crítica, busca compreender a evolução social considerando simultaneamente as transformações de caráter gradual (crescimento da complexidade sistêmica) e as mudanças revolucionárias (resultantes de conflitos do tipo estrutural).

Com essa edição de Sociologias esperamos contribuir para o necessário e urgente debate sobre a problemática urbana, promover o intercâmbio de conhecimentos sobre o tema e mostrar o desenvolvimento de estudos comparados relacionados às grandes cidades da América Latina. Convidamos nossos leitores a refletir sobre nossas atuais formas de moradia, ocupação dos espaços e relacionamento social decorrentes das formas contemporâneas de produção da vida.

Antonio David Cattani* e Maíra Baumgarten**

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

** Fundação Universidade Federal de Rio Grande (Brasil)